

# COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



**FIERGS CIERGS**

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### Novos Projetos de Lei protocolados:

**PL 79/2019**, de autoria do deputado Pedro Pereira (PSDB), que “Dispõe sobre a doação de medicamentos ao Estado do Rio Grande do Sul por indústrias farmacêuticas, laboratórios e distribuidoras”.

**PL 92/2019**, de autoria da deputada Kelly Moraes (PTB), que “Dispõe sobre destinação de vagas de emprego para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, nas condições que especifica”.

**PL 93/2019**, de autoria da deputada Luciana Genro (PSOL), que “Cria o Programa Estadual de Enfrentamento à Reincidência no âmbito do sistema penal gaúcho”.

**PL 97/2019**, de autoria do deputado Edegar Pretto (PT), que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de fraldários e sanitários familiares em estabelecimentos públicos e privados com grande circulação de pessoas no Estado do Rio Grande do Sul”.

**PL 100/2019**, de autoria do deputado Ernani Polo (PP), que “Altera a Lei nº 8.820, de 27 de janeiro de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e dá outras providências – ICMS, modificando a forma de pagamento do imposto”.

**PL 104/2018**, de autoria do deputado Capitão Macedo (PSL), que “Autoriza a alienação total de participações acionárias da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT nas empresas Ventos de Curupira S.A, Ventos de Povo Novo S.A e Ventos de Vera Cruz S.A”.

**PR 7/2019**, de autoria da deputada Juliana Brizola (PDT), que “Estabelece a necessidade de condicionar a contratação de Pessoa Jurídica pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul à concessão de licença-maternidade de seis meses para suas empregadas e dá outras providências”.

**RDI 8/2019**, de autoria do deputado Dalciso Oliveira (PSB), que “Requer a constituição de uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo para tratar dos incentivos fiscais, da transparência das informações e da geração de empregos”.

Fonte: Assembleia Legislativa